

Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil

Artur Zimmerman

Introdução

A literatura quantitativa sobre guerra civil é praticamente inexistente no Brasil; em contrapartida, tem ganhado cada vez mais espaço na literatura internacional, principalmente pelo fato de esse fenômeno vir crescendo desde o final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir dos anos de 1970.

As guerras civis são responsáveis por grande parte das mortes geradas em conflitos no interior de um país, ultrapassando em muito as mortes ocasionadas por conflitos interestatais e mesmo a quantidade desse tipo de guerra. Em consequência, observa-se, nos últimos anos, substancial aumento de estudos quantitativos sobre guerra civil, apesar da defasagem existente quando comparados aos trabalhos sobre guerras entre países.¹ A meu ver, os cientistas políticos devem estudar esse fenômeno, uma vez que se trata de algo pouco compreendido no processo político interno, podendo ocasionar a instabilidade de sistemas regionais e ser uma ameaça à paz internacional.

Apesar de a guerra civil ser um fenômeno raro – somente 7% da unidade país-ano pesquisada entre o pós-guerra e o fim do século XX encontram-se nessa situação (Collier e Hoeffler, 2001) –, muitas regiões são afetadas por esse tipo de violência coletiva.

Não há ainda uma teoria que comporte o conceito de guerra civil, além do que

faltam abordagens empíricas sistemáticas, como ocorre nos estudos sobre guerras entre países. Enquanto mais de 90% das guerras ocorridas no período do pós-Guerra Fria são civis, não se observa um arcabouço teórico, no campo das relações internacionais, que consiga explicar tal fenômeno, nem nos estudos acadêmicos que tratam do tema de segurança, os quais são dominados por uma visão realista e focam sua análise quase que exclusivamente nas guerras entre países (Gates, 2002a, p. 2). Assim, as teorias realistas são irrelevantes para explicar as guerras civis. Andrew Mack (2002, p. 518) afirma que o realismo é um paradigma teórico unicausal e, portanto, inadequado para compreender a maioria das guerras atuais, pois nenhum analista sério crê que as guerras civis tenham uma única causa. Ademais, o realismo também pressupõe que o Estado é um ator único e, portanto, incapaz de explicar por que divisões religiosas, étnicas ou de classe ocorrem no interior de um determinado país, levando-o à guerra. Esse tipo de teoria pode vislumbrar a anarquia do sistema internacional, mas não algo parecido no âmbito nacional – quando o monopólio legítimo da violência entra em colapso e é desafiado por outras forças internas e, possivelmente, externas. Devemos, pois, buscar explicações interdisciplinares para as guerras civis.

As teorias liberais conseguem abranger o fenômeno de maneira mais profícua, já que não priorizam a segurança como motivo do conflito violento e não compartilham a idéia realista da hierarquia de interesses. Porém, parece-me que tanto o realismo como o liberalismo (ou suas versões neo) não são capazes de construir um embasamento teórico sólido no sentido de explicar as guerras civis.

As teorias da escolha racional tentam igualmente explicar as guerras civis, sugerindo a idéia de que há uma troca entre Estado e população, e que a freqüente desconsideração de direitos políticos (injustiça) ou mesmo a sua falta poderiam levar a uma possível rebelião (Sambanis, 2001a). O baixo custo da violência incentiva as partes a utilizarem-se dela. Ou seja, a teoria racional indica que a guerra civil seria o melhor curso de ação a ser tomado por um determinado grupo, pois a parte envolvida estaria ciente de sua vitória, caso contrário não entraria no conflito se o custo previsto fosse elevado. Porém, em uma guerra, as partes não possuem um grau absoluto de informação, o que resulta em uma escolha subótima para o nível de interpretação de cada parte. As guerras civis, em geral, são longas e causam muitas baixas. Se os grupos envolvidos pudessem prever o ônus que estariam trazendo para si próprios, possivelmente não as iniciariam.

Entre as teorias econômicas mais relevantes para a explicação de guerra civil, encontra-se o modelo de Collier e Hoeffler (2002a). Os autores, ao fazerem uma diferenciação entre a definição de cobiça (desejo de ganhos econômicos) e de injustiça, elegem a primeira como causa primordial da violência civil, na medida em que consideram os rebeldes bandidos, piratas e quase-criminosos, não motivados por ideologia, ao contrário do que se pensava até então na

área de ciência política. Afirmam ainda que a ideologia serve para legitimar a rebelião e mobilizar o apoio da opinião pública, mas não é sua causa real. Trata-se claramente de uma análise feita por economistas, em que a visão do conflito se restringe à concepção de que todos são rebeldes em potencial caso os benefícios econômicos esperados da rebelião sejam maiores do que aqueles presentes no *status quo*. Esses custos de oportunidade econômica seriam gerados pela permuta entre a atividade produtiva e a atividade de apropriação. A estrutura da oportunidade econômica (um complexo de nível de renda, crescimento econômico e estrutura da economia) determina a oferta e a demanda da insurreição (Sambanis, 2003).

Além dos estudos de caso, é imprescindível estudar as guerras civis por um mecanismo quantitativo, no sentido de possibilitar que encontremos os seus determinantes e que possamos construir modelos preditivos de risco. As guerras civis podem ser analisadas em diferentes fases, o que ajuda na identificação de particularidades de cada um dos processos – início, duração e pós-conflito. Encontrar um modelo-padrão de país que se envolve em guerra civil é importante para categorizar as nações de acordo com o maior ou menor risco de envolvimento em um conflito desse porte, maior ou menor duração da guerra em relação aos que têm maior probabilidade de risco e reincidência ou não quando findo o conflito. É evidente que há particularidades e peculiaridades, mas, no âmbito da ciência política, devemos analisar o padrão comportamental do fenômeno em questão. A estatística, nesse contexto, é um instrumento que permite uma análise de corte temporal e regional/espacial por unidade país-ano, entre outros.

Alguns consensos existem, porém discussões inacabadas dessa disciplina fazem parte do recente debate da literatura ainda

em formação. Pretendo fazer um balanço desse campo, assinalando consensos, avanços e dissensos. Como nas ciências sociais as fronteiras não são fixas, considero várias disciplinas que podem auxiliar no desenvolvimento desse estudo.

Começo com a definição do conceito de guerra civil, fundamental para iniciar o debate, tendo em vista que ele ainda está em processo de formação e há discordâncias quanto a seu formato, mesmo com consensos pontuais. Explico porque o Brasil não tem guerra civil, em contraste com o que parte da mídia publica, e passo logo após às variáveis independentes relevantes estudadas nesse campo.

Afinal, o que É Guerra Civil?

Na literatura que trata desse assunto, há a preocupação de estabelecer definições claras; porém, ainda estamos longe dessa meta, começando com a própria definição do que é guerra civil. A mais aceita na academia é a de que guerra civil é um conflito armado entre dois atores domésticos sobre uma incompatibilidade contestada, resultando em determinado número de mortes (Gates, 2002a, p. 4).

As várias discordâncias quanto à definição resultam na criação de bancos de dados conflitantes, que podem levar a análises opostas dos mesmos objetos. Por exemplo, enquanto a *Armed Conflict Dataset 1946-2001* (Gleditsch *et al.*, 2002) divide a violência civil em duas categorias (guerras com mais de 1.000 mortes/ano e conflitos menores, entre 25 e 1.000 mortes/ano), o *Correlates of war* (COW) (Bennett, 2001) apenas computa as guerras com mais de 1.000 mortes/ano (modificado em 1992 para mais de 1.000 mortes/guerra civil, devido à dificuldade de contagem de mor-

tes/ano e à credibilidade de tal contagem). Algumas dúvidas permanecem sem solução: Deve-se contar apenas os mortos nas batalhas ou também os civis mortos para se chegar a mais de 1.000 óbitos? O número absoluto de mortes teria o mesmo efeito para países com grandes e pequenas populações? Pequenas populações são menos propensas à ocorrência de mais de 1.000 mortes do que populações elevadas. No estágio de estudos em que o debate se encontra ainda não há a contagem exata do número de mortes por país,³ portanto, seria impraticável a adoção desse sistema de contagem proporcional.

Outra definição mais criteriosa de guerra civil (Doyle e Sambanis, 2000, pp. 779-802) explica o fenômeno como um conflito armado que:

- a) causa mais de 1.000 mortes (pelo menos no primeiro ano que a guerra civil é codificada);
- b) desafia a soberania de um país reconhecido internacionalmente;
- c) ocorre dentro das fronteiras reconhecidas de um país;
- d) envolve o país (ou os que dizem ser seus representantes) como o principal combatente; e
- e) envolve rebeldes que tem capacidade de organizar uma oposição armada ao país.

No entanto, essa classificação não inclui um conflito armado entre duas partes em que uma delas não represente o governo de um país, como o massacre em Ruanda em 1994. Os bancos de dados do COW e de Uppsala (Gleditsch *et al.*, 2002) não incluem conflitos armados entre dois grupos rivais (quando não consta o lado do governo como uma das partes), ou mesmo genocídios que não ultrapassem os 1.000 mortos.

Estudiosos do Banco Mundial (Collier *et al.*, 2003, p. 54) definiram guerra civil quando uma organização rebelde identificável desafia o governo militarmente, resultan-

do em mais de 1.000 mortes por combate, com pelo menos 5% de baixas de cada lado.

Para entender o que é guerra civil, há necessidade, primeiramente, de excluir o que não entra nessa categoria. Kalyvas (2000), por exemplo, diferencia tipos de violência, incluindo na categoria de guerra civil a finalidade de violência instrumental (opção de rendição), podendo ser bilateral ou multilateral. Outros tipos de violência que não se enquadram em guerra civil, de acordo ao autor, são: o terror de Estado (que, apesar de instrumental, é unilateral); o genocídio e limpeza étnica (que é unilateral e não instrumental); e o extermínio mútuo (que também não é instrumental, mesmo sendo bilateral).

Que países podem ser classificados como estando em guerra civil? Uma possibilidade de resposta pode ser buscada nos bancos de dados de países aceitos pela comunidade internacional, como no caso do *Interstate System, 1816-1997 (Correlates of War, 1997)*. A distinção entre guerras interestatais e intraestatais não é tão simples quanto a sua classificação, como nos conflitos entre Sérvia e Croácia/Bósnia, já que os dois lados discordam quanto à característica da guerra.

Há Guerra Civil no Brasil?

Muitas vezes nos deparamos com manchetes em revistas e jornais brasileiros sobre a “guerra civil no Brasil”. Quando continuamos a leitura, nos damos conta de que se trata da situação de segurança, oriunda basicamente de questões socioeconômicas do país. Morrem, em média, cerca de 33 mil indivíduos assassinados por ano no Brasil.³ O governo central não é o alvo, nem grupos organizados querem tomar o poder político. O número de mortes por armas de fogo na

última década (1995-2005) no país superou o número de vítimas de cada um dos 23 conflitos armados no mundo, perdendo apenas para as guerras civis de Angola e Guatemala. Nesse período, morreram 325.551 pessoas (Waiselfisz, 2005).

Que há o crime organizado é evidente, mas ele pertence à esfera criminal e não à política. Por exemplo, nas favelas do Rio de Janeiro impera o tráfico de entorpecentes, ocasionando muitas mortes. Porém, nem os traficantes menores nem seus mandantes almejam mudar a ordem política ou têm capacidade de fazê-lo, nem pretendem tomar à força o poder, contrariamente ao que ocorre na Colômbia. O exército brasileiro tem controle sobre seu território, pelo menos no que diz respeito à soberania nacional. Os grupos que formam essas gangues no Brasil não são organizações rebeldes, mas meros criminosos. Poderíamos utilizar a terminologia de Collier e Hoeffler (2002a), já citada, de que os rebeldes são meros criminosos querendo enriquecer, e não guerreiros que vieram libertar seu povo das injustiças e da opressão existentes. Mas, mesmo assim, não estaríamos nos referindo à guerra civil no caso brasileiro, simplesmente por esses crimes não porem em risco o Estado. Polícia e exército continuam a manter o controle da violência em todo o território. A soberania nacional não está em risco e a proteção civil interna está, na maioria das vezes, a cargo da polícia e não do exército.

Mesmo no campo, movimentos como o dos sem-terra (MST), dentre outros que lutam pela reforma agrária, não intencionam pegar em armas para fazer uma revolução: sua reivindicação é pacífica. O movimento começou a remunerar ativistas e receber financiamento do governo brasileiro, além de ajuda de diversas organizações não-governamentais, o que terminou por exigir deles um comportamento mais conservador. Wright e Wolford (2003, p.

313) entrevistaram membros do MST em diferentes áreas do país e concluíram que estes estavam apenas interessados em melhorar a situação de suas famílias: queriam as terras em que pudessem trabalhar, comprar as máquinas agrícolas necessárias e novos pares de sapatos.

Os invasores juntaram-se ao movimento para ganhar terra e estariam atônitos se descobrissem que faziam parte involuntariamente de uma tentativa de mudar o sistema (*Idem, ibidem*).

Portanto, mesmo com o elevado índice de mortes no país, a situação brasileira não coincide com nenhuma das definições de guerra civil descritas acima. Como o tema deve ir na direção de um consenso acadêmico de termos e definições, o que ainda não ocorre por ser essa literatura recente e inacabada, seria imprudente expandir ainda mais as definições existentes e englobar a violência brasileira na categoria de guerra civil. Por esse mesmo motivo, a literatura necessita de uma desagregação da violência coletiva geral para especificações pontuais. Guerra civil deve se libertar das definições de violência e ter sua autonomia conceitual.

Aparte de alguns meios de comunicação esporadicamente se referirem à guerra civil, como já disse, no âmbito acadêmico essa literatura quantitativa é praticamente inexistente, e seria importante reavivar e incrementar o debate que ocorre na esfera internacional, principalmente em institutos de pesquisa e universidades norte-americanas. Há estudos quantitativos sobre violência e polícia no Brasil, mas não especificamente sobre guerra civil.

Variáveis Estudadas

Na literatura, há variáveis em consenso e em dissenso quanto à sua associação com a

ocorrência de guerra civil. De modo geral, algumas das variáveis independentes consensuais são de que pobreza, dominância étnica, dependência de recursos naturais, terreno montanhoso e/ou de difícil acesso, história de conflito recente e instabilidade política aumentam o risco de ocorrência de guerra civil, enquanto a diversidade étnica reduz esse risco.

Certas variáveis independentes ainda debatidas são: democracia, mudança de regime, diásporas étnicas, desigualdade econômica, guerras de identidade e revolucionárias, guerras civis antigas e recentes, contágio e difusão.

A seguir, trago o debate sobre as variáveis que são consenso e que estão em discussão e exponho ao leitor suas questões.

Pobreza, Subdesenvolvimento e Crescimento Econômico Lento

Uma das teorias econômicas de guerra civil diz que o impacto do rápido crescimento econômico e da modernização leva à mobilização de grupos sociais para o conflito (Newman, 1991). A teoria da modernização é convincente, porém, conflitos étnicos ocorrem geralmente em países com baixo nível de modernização econômica.

Sambanis (2001a) afirma que ainda não foram feitas pesquisas sobre a relação entre a velocidade do crescimento econômico e a violência civil, usando testes da teoria da modernização. O que é unânime é a relação entre guerra civil e baixos níveis de educação, renda *per capita* e altos índices de mortalidade infantil. Geralmente, os jovens masculinos desempregados entram para os quadros de grupos rebeldes em troca de salário e condições de sobrevivência, o que os motivam a evadir a escola. Em quase todos os estudos, utiliza-se renda *per capita* como controle

para a descoberta de novas variáveis significativas. Há também os que usam variáveis como consumo de energia *per capita*, agricultura como percentagem do PIB, nível de urbanização, dívida externa em relação à percentagem do PIB (Hauge, 1997).

Geralmente, guerras civis ocorrem em países subdesenvolvidos e vulneráveis, característicos por seu baixo poder aquisitivo e mais sensíveis à ocorrência de violência civil.

Neste ponto há um paradoxo, pois a renda *per capita* tem aumentado em todos os países do mundo em desenvolvimento nos últimos 50 anos, porém, o número de conflitos armados (pelo menos até o começo dos anos de 1990) aumentou. Collier e Hoeffler (2000) sugerem que isso se deveu à exportação de produtos primários, o que representou o principal fator de risco. Já Fearon e Laitin (2001) discordam desse argumento, pois, quando se fala de recursos naturais, incluem-se, provavelmente, produtos agrícolas, o que não é fácil de se apropriar (a menos que os rebeldes tenham tomado conta do país ou de parte do território e possam obter lucro das exportações por meio de impostos). Isso explica por que estes últimos autores não encontraram evidência de relação significativa entre exportação de produtos primários e guerra civil. Portanto, é interessante desagregar os produtos primários gerais e separá-los em categorias diferentes, para assim isolar os de interesse da pesquisa.

Países que cresceram economicamente tiveram poucos conflitos (Mack, 2002), ao contrário dos que tiveram uma economia precária e, em conseqüência, maiores chances de engajamento em guerras.

A política de desenvolvimento para prevenir conflitos passou a ser o modo de como os países e organizações doadores (como o Banco Mundial e agências da ONU, além de certos países desenvolvidos) têm encarado o fenômeno. Em fevereiro de 2002, o

senado dos Estados Unidos passou a resolução de que

[...] a pobreza, a fome, [e] a incerteza política são as causas principais de violência e conflito no mundo e que os EUA devem liderar esforços de coordenação internacionais que promovam o aumento da assistência financeira a países com populações empobrecidas e em desvantagens que dão espaço ao terrorismo (US Embassy, 2002).

Ellingsen (2000, p. 238) comprovou que conflito doméstico é mais freqüente em países com desenvolvimento socioeconômico baixo do que o inverso.

Analistas do Banco Mundial escreveram um livro no qual desafiam as “crenças” de que as guerras civis são determinadas por uma história de ódio religioso e étnico, e que nada pode ser feito para preveni-las. Eles chegam à conclusão de que através de políticas de desenvolvimento e redução da pobreza é possível reverter essa situação (Collier *et al.*, 2003). Sendo assim, o determinante básico que aumentaria consideravelmente o risco de guerra civil seria a pobreza e o subdesenvolvimento.

Heterogeneidade Étnica, Religiosa e/ou Lingüística

Apesar de Reynal-Querrol (2002) argüir que a polarização religiosa sobrepõe as diferenças lingüísticas como divisão social mais passível de promover uma guerra civil, os estudos mensuram, em geral, apenas a dimensão etnolingüística, desconsiderando outras dimensões, como a religiosa, a racial, a de desigualdades econômicas e sociais. Além disso, os diferentes grupos são pesquisados conjuntamente, quando seria relevante a desagregação dos dados para encontrar supostas associações.

De início, os pesquisadores pensam que uma maior diversidade intergrupar poderia propiciar a violência civil em larga escala, decorrente dos atritos entre os grupos. Ao mesmo tempo que a heterogeneidade étnica poderia estimular os conflitos, outros fatores aliviarão as tensões. Posteriormente, chegaram à conclusão de que quanto maior o número de grupos, mais difícil era eles se organizarem contra o governo central e, assim, menor era a probabilidade de violência civil para a tomada do poder. Se essa teoria é confirmada, como então explicar a relativa grande quantidade de guerras civis na África, região característica por uma alta diversidade étnica, religiosa e lingüística? Collier e Hoeffler (2002b) dizem que os determinantes estruturais no continente da África Sub-saariana são os fatores econômicos *per se*, e que as características da diversidade étnica, religiosa e lingüística não são significativas neste caso.

O que aumentaria a probabilidade de guerra civil seriam dois determinantes: a polarização e a dominância. No primeiro caso, o índice de polarização é maior quando há dois grupos razoavelmente grandes, quase do mesmo tamanho, elevando o risco de guerra civil. No caso de dois grupos maiores não-polarizados, o risco é mínimo. No segundo caso, quando um grupo é o dominante (representando de 45 a 90% da população total do país), há consenso entre os pesquisadores de que o risco de guerra civil aumenta significativamente (Collier e Hoeffler, 2000).

A diversidade, afirma Collier (2001), faz os países mais seguros, enquanto a dominância os deixa mais vulneráveis quanto ao risco de guerra civil. A implicação política é que, em sociedades de alta diversidade étnica, religiosa e/ou lingüística, os países são viáveis e, portanto, a secessão deve ser desencorajada. Porém, quando analisamos o desempenho econômico, sociedades com

alta diversidade não são problemáticas em democracias, mas podem ser em ditaduras. E, se o risco de guerra civil é maior em países pobres (como vimos no item anterior), o desempenho econômico passa a ser relevante quando analisado conjuntamente com a heterogeneidade da sociedade e também com o tipo de regime.

A pesquisa sobre violência política tem focalizado três condições para um grupo mobilizar-se à violência: identidade comum, frustração e oportunidade. Se a identidade não coincide com as fronteiras territoriais, o que ocorre freqüentemente (principalmente por resquícios colonialistas), podem surgir conflitos dentro de um país. Toda agressão baseia-se em frustração, e, quando há um crescente abismo entre a satisfação esperada e a atual, o grupo se mobiliza para o conflito. Na existência de organização, de recursos, e de oportunidade, o(s) grupo(s) se mobilizará(ão) para a ação coletiva (Ellingsen, 2000, pp. 229-30).

Alguns pesquisadores tendem a relacionar o grau de democracia de determinado país com a heterogeneidade étnica, religiosa e/ou lingüística. Vanhanen (2001, p. 5) afirma que há conflitos étnicos em todos os níveis de democratização, mas que sua relação é inversamente proporcional: os conflitos tendem a diminuir quando aumenta o nível de democratização.

Veremos mais adiante as questões de regime diante do risco de guerra civil, mas vale a pena mencionar que, no período do pós-Guerra Fria, muitos conflitos, principalmente no bloco comunista, se reavivaram após a mudança do grau de democracia (vista numa escala que varia entre democracia consolidada e totalitarismo). Enquanto no totalitarismo comunista não havia espaço para manifestações de conflito, no novo regime houve diminuição do nível de repressão, o que permitiu a dissidência política e,

em decorrência, elevou o risco de guerra civil, a exemplo da ex-União Soviética, onde suas populações foram mescladas e transferidas em grande número por toda a região no período comunista.

Outro foco muito pouco elucidado na literatura sobre conflitos étnicos é a relação entre estilo colonial e incidência, duração, início e reincidência de guerras civis. Alguns autores verificaram que o estilo britânico de colonização na África estava diretamente associado com os conflitos étnicos das guerras civis posteriores, diferentemente do legado francês (Blanton *et al.*, 2001). Já Collier e Hoeffler (2002b) introduziram a variável da África francófona para descobrir se o fato de os países serem ex-colônias francesas reduziria o risco de guerra civil neles, já que a França era conhecida por intervir militarmente em suas colônias (e ex-colônias), o que poderia inibir o estopim de conflitos internos por receio de resposta militar francesa. Porém, os autores encontraram pouca evidência de menor risco de guerra civil para esses países. Praticamente não há estudos sobre este tema, ainda mais quando se incluem outros estilos imperialistas além da França e Inglaterra, como Espanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Alemanha e Estados Unidos.

Dependência de Recursos Naturais

Os recursos naturais possibilitam o financiamento das guerras civis, permitindo a compra de armamentos, o pagamento de salários aos soldados e a aquisição dos suprimentos necessários para longos períodos de combate. A questão é se esses recursos são os meios para a guerra (com base em um conceito de justiça) ou o fim em si (com base em um conceito de cobiça). O que se percebe também é que o apoderamento das riquezas

naturais geograficamente concentradas pelos líderes rebeldes se dá para que estes tenham maior controle do território em disputa.

Enquanto a oposição política não necessita de recursos financeiros substantivos para ser eficaz (pois, geralmente, a participação é voluntária e em tempo parcial), uma organização militar privada é custosa (Collier *et al.*, 2003, p. 56). Muitos membros são remunerados por dedicação em tempo integral e são dependentes da organização para suas necessidades básicas, além de serem levados a comprar equipamento militar importado e caro. Portanto, além de ser uma organização política e militar privada, é também um exército e um negócio. Rebeliões ocorrem predominantemente em países onde as circunstâncias levam à criação de organização política, militar e financeira. Assim sendo, os recursos naturais são essenciais para financiar a guerra civil e permitir sua longa duração.

A guerra civil pode ocorrer quando um ou mais grupos rebeldes e o governo competem pelo controle do território onde o produto primário está localizado, como minas de diamantes, ouro e petróleo, e plantações de papoula e coca, para produção de ópio e cocaína. Por isso, há interpretações divergentes da motivação da guerra civil, se pelo crime organizado ou por guerreiros ansiosos em libertarem seu povo da injustiça dos governantes. Estudos demonstram (Gates e Buhaug, 2002, p. 420) que recursos naturais concentrados pontualmente, como o petróleo, são mais facilmente controlados pelo governo, do que recursos naturais dispersos pelo território, como drogas ilegais, madeira e diamantes. A extração de diamantes financiou as guerras civis em Sierra Leone, Angola, Libéria e na República Democrática do Congo. A extração de madeira financiou vários conflitos em Myanmar, Camboja, Libéria e Filipinas, enquanto as drogas ilícitas financiaram con-

flitos no Afeganistão, Cáucaso, Colômbia, Curdistão e Tadjiquistão.

Em oposição ao que Gates e Buhaug (2002) afirmam estão Collier *et al.* (2003, p. 60). Para estes, quando um grupo étnico, religioso e/ou lingüístico habita determinada região de um país, onde se concentra um recurso natural, como petróleo, por exemplo, em muito aumenta o risco de guerra civil de secessão. E, quanto mais recursos naturais houver, maior a probabilidade de guerra civil de secessão; quanto menor forem os recursos, maior a probabilidade de guerra civil ideológica. Vale ressaltar que os dois tipos de guerra (ideológica e de secessão) não são excludentes e podem, por vezes, ocorrer paralelamente.

O alto percentual de exportação de recursos naturais em relação ao total do PIB gera maior dependência do país nessa receita, o qual, perdendo o controle desses recursos para os rebeldes, reduziria sua capacidade financeira de resistir a uma guerra civil. Se seguirmos esse raciocínio, provavelmente encontraremos mais conflitos em países com recursos naturais abundantes (Collier e Hoeffler, 2000), e ainda dificuldades de restabelecer a paz no período do pós-guerra (Doyle e Sambanis, 2000). Os recursos naturais provavelmente não são tudo o que levaria à guerra civil, mas podem fazer com que ela saia do controle e perdure por anos a fio. E se, além disso, o país for pobre e dependente da exportação dos recursos naturais primários, as chances de guerra civil se intensificam.

Gates (2002a) aponta problemas de falta de dados desta variável, o que acarretaria uma análise limitada na busca pela associação entre guerra civil e dependência de recursos naturais. Em geral, a escassez de informações dos bancos de dados tem dificultado o desenvolvimento da análise quantitativa nesta área específica.

Topografia, Dispersão Geográfica e Dilemas de Segurança

Terrenos de difícil acesso, como regiões montanhosas ou com florestas densas, podem encobrir grupos rebeldes e dificultar a ação dos exércitos oficiais, facilitando assim o início e a duração da guerra civil. Em contrapartida, terrenos desérticos e planos dificultariam o abrigo e proteção dos grupos rebeldes, permitindo que as forças militares oficiais os reprimissem eficazmente e impossibilitassem a insurgência rebelde.

Apesar de Collier e Hoeffler (2000) não encontrarem significância nessa associação, eles perceberam uma associação negativa importante entre a dispersão geográfica da população e o início de uma guerra civil. O governo terá mais dificuldades de proteger sua população quando esta se encontrar dispersa pelo território e em regiões de difícil acesso.

O dilema de segurança também pode ser afetado pela distribuição de grupos étnicos e por suas características geográficas. Se uma minoria étnica encontra-se vulneravelmente misturada com outros grupos, isso pode facilitar ações violentas contra elas, especialmente quando há mudanças socioeconômicas (Sambanis, 2001a, p. 33). Quando as minorias estão densamente concentradas em locais protegidos por fronteiras naturais, o risco passa a ser mínimo.

Um grupo rebelde que quer substituir o governo de um país tomando-o pela força deve se basear e lutar contra as forças oficiais numa região relativamente perto da capital do país. Quando a guerra é “puramente étnica” e o objetivo é a secessão, o conflito provavelmente será situado longe da capital (Gates e Buhaug, 2002, pp. 421-25). Assim, podemos relacionar a distância dos pontos de atrito numa guerra civil e o tipo de guerra civil (se de identidade/étnica – secessão – ou revolucionária/ideológica).

Um grande problema é que faltam registros de densidade populacional de grupos étnicos no nível sub-regional, impossibilitando uma análise microestrutural dos países. Não há também dados de distância do conflito em relação à capital do país.

Incidência e Reincidência de Guerra Civil

Geralmente estuda-se o início da guerra civil e o pós-conflito. Pouco se pesquisa a respeito da duração ou da incidência desse tipo de guerra. Para isso, criou-se, recentemente, na literatura, a terminologia de incidência de guerras civis, que significa a probabilidade de observar um evento de guerra civil em um dado período.

Elbadawi e Sambanis (2002) estão entre os pioneiros a pesquisar essa subárea. Para eles, a estratégia para se evitar possíveis guerras civis seria: priorizar a liberalização política, promover o desenvolvimento econômico, bem como a redução da pobreza. Porém, como um país que tem um risco grande de iniciar uma guerra civil provavelmente enfrentará enormes dificuldades em abrir essas três frentes paralelamente, poderá começar pela liberalização política, o que provou ser uma boa arma contra a incidência de guerra civil (*Idem*, p. 18), e não tão custosa e lenta como as outras duas mencionadas.

Como se diz na cultura popular: “o tempo cura os males”. Este provérbio faz sentido, pelo menos no estudo da reincidência de guerra civil. Estudos realizados por Hegre *et al.* (2001, p. 39) incluem a proximidade da última guerra civil como variável independente na sua reincidência, e mostram que essa variável é uma das que possuem mais poder explicativo associado à ocorrência de guerra civil. Quanto mais tempo passar desde a última guerra, menor o risco de sua reincidência. Para que o país não retorne à

guerra, é preciso que tome medidas tais como o aumento do nível de democracia pós-guerra, a presença de operações internacionais de paz e a promoção de melhorias econômicas (Mason e Quinn, 2003). Esta última é condição básica para negociação no pós-guerra (Sambanis, 2001a, p. 41). No âmbito de guerras interestatais, temos o exemplo do que ocorreu com a Alemanha (profunda depressão econômica) após a Primeira Grande Guerra, o que facilitou bastante a ocorrência da Segunda Guerra.

A criação de transições pós-guerra para que se reconstrua instituições políticas é essencial. Para isso, são necessários arranjos coletivos de formação de poder. Governos consensuais, num regime democrático de coalizões, permitindo um controle e arranjos na divisão de poder, são extremamente necessários (Reynal-Querrol, 2002). As eleições não são suficientes, pois podem ser manipuladas por elites corruptas. Portanto, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações intergovernamentais (OIGs) devem auxiliar os países na formação das condições para a realização de eleições. Como exemplo recente, houve a monitoria da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Fundação Carter no referendo da Venezuela, no qual foi decidido a continuidade da presidência de Hugo Chavez, em 2004, apesar de contestações da oposição.

Sistemas regionais de autonomia, federalismo (Sambanis, 2001a, p. 42), ou mesmo políticas de intervenção (Collier, 2000) da comunidade internacional podem reduzir a reincidência dos conflitos.

Há também soluções autocráticas para evitar a reincidência de guerra civil, como a ocorrida na Grécia, onde a opressão do estado manteve a paz, afrouxando com o tempo e levando, posteriormente, a um regime mais democrático.

A secessão pode ser uma solução viável (Sambanis, 2000), mas tem-se de tomar cuidado para ela não se transformar de guerra intra para guerra interestatal após a separação em diferentes Estados nacionais. A Checoslováquia, em 1993, foi um caso de sucesso, não desencadeando em guerra.

Duração de Guerra Civil

Os fatores explicativos do início de uma guerra civil são diferentes se comparados aos de sua sustentação. O que faz com que as guerras perdurem por longos anos, algumas vezes sem intervalos, outras vezes terminando e reincidindo?

Autores relacionam a intervenção externa na guerra civil como algo que afeta sua duração. Elbadawi e Sambanis (2000a) pesquisaram 190 intervenções, das quais somente 57 delas levaram ao fim da guerra civil. Intervenções econômicas e militares mistas tem mais chance de sucesso do que intervenções ideológicas (Regan, 2002). Collier *et al.* (2002) demonstram que as características geográficas, como montanhas e florestas, os conflitos pós-1980 e a diversidade étnica são estatisticamente associados à duração de guerra civil.

Nível de Democracia e Mudança de Regime

Este é um tema polêmico e em discussão na academia. De um lado, autores de estudos econômicos relevantes na literatura, como Collier e Hoeffler (2000) e Fearon e Laitin (2001), afirmam que não há associação significativa entre falta de democracia e a propensão ao início e a prevalência de guerra civil. Contrários à opinião de cientistas políticos como Gurr (2000), os econo-

mistas tendem a interpretar as injustiças políticas como sendo motivos insuficientes à guerra. Porém, de outro lado, vários autores afirmam que há nítida relação entre o nível de democracia de um país e sua propensão em se envolver em guerra civil, apesar de haver discordâncias menores entre esses mesmos autores.

Hegre *et al.* (2001) vêem a curva U invertida como caracterizando o risco. Isto é, países com regime intermediário (entre autocracia e democracia) possuem maior risco de ocorrência de guerra civil. Logo após, o segundo maior risco é o do regime autocrático, deixando o regime democrático com menor probabilidade de risco. Elbadawi e Sambanis (2000b) demonstram, por meio de evidências econométricas (principalmente na África, onde a polarização étnica facilita o conflito), que a democracia reduz a incidência de guerra civil. Para Sambanis (2001b), ela está tanto significativamente como negativamente correlacionada com o início de guerras étnicas. Reynal-Querrol (2002) tenta analisar variáveis políticas como determinantes para guerras civis, e associa negativamente diferentes formas de regime democrático, como o parlamentarismo e o presidencialismo com o início de guerra civil, tentando ver quais formas menos arriscadas de governo que reduziriam o risco de eclosão de uma guerra civil.

Primeiramente, é importante apontar para associações existentes (positiva ou negativamente) entre o nível de democracia e/ou diferentes tipos de regime e o risco de guerra civil. Hegre (2003) mostra que, em democracias com renda *per capita* muito baixa, o risco de guerra civil é maior que em autocracias. Porém, conforme a renda do país com regime democrático aumenta, o risco diminui. Já nas autocracias, mesmo com aumento da renda, o risco de guerra civil permanece inalterado.

Como prescrever se a democratização aumenta o risco de guerra civil, ou se os países autocráticos é que possuem esse maior risco? Sair de um regime autocrático em direção à democracia (isto é, sendo um regime intermediário) elevaria ou reduziria o risco de eclosão de guerra civil? Vários pesquisadores observaram um aumento no número e na intensidade de conflitos armados durante a terceira onda de democratização (Huntington, 1994; Ellingsen e Gleditsch, 1997, p. 69).

Na esfera de guerras interestatais, como parte da teoria da paz democrática, parece ser consenso que países democráticos não guerream entre si. O problema está nas transições de regimes (Mansfield e Snyder, 2002). Será que a mesma linha pode ser adotada em guerras civis? Ou seja, será que países com regimes democráticos consolidados reduziram a incidência de guerra civil? Por acaso, o perigo encontra-se na transição ou no processo de mudança de regime? Para qual direção isso seria, autocracia-democracia, democracia-autocracia, autocracia-semi-democracia, semidemocracia-democracia, e/ou outras combinações diferentes?

Há vários instrumentos de mensuração de democracia, desde dicotômicos, gradações (Elkins, 2000), contínuos, ordinais etc. Entre eles, os bancos de dados muito utilizados no meio acadêmico são *Polity* (Marshall e Jaggers, 2003), *Freedom House* (Gastil, 2003), e Przeworski *et al.* (2000). Mainwaring *et al.* (2001) analisaram e constataram altas correlações entre esses três bancos de dados. Porém, não bastam os bancos serem altamente correlacionados, como demonstram Casper e Tufis (2003). Há ainda outros bancos de igual confiabilidade, com destaque para o de Gasiorowski (1996) – atualizado e ampliado por Reich (2003) – e o de Poliarchy (Vanhanen, 2000). É importante definir, primeiramente, o propósito da

pesquisa, para então selecionar o banco que mais se adequa a ela; caso contrário, os resultados da pesquisa podem ser conflitantes. Portanto, questões metodológicas são extremamente importantes nesse experimento. Além disso, as definições de tipos de regime – a exemplo da definição minimalista de democracia (Przeworski, 1999) – são igualmente relevantes dependendo do propósito da pesquisa.

Outro determinante que certos autores associam ao início de uma guerra civil é a estabilidade do regime (Mundt, 1997). Será que quanto mais estável o regime de um país, menor o risco de guerra civil? O problema aqui é como mensurar a estabilidade, se através da durabilidade do regime (em anos), ou do modo pelo qual o regime pacifica seu povo. É bastante problemático operacionalizar essa questão, que deve ser delicadamente analisada. Gates (2002a, p. 18) cita o poderio do governo como um fator que pode influir na ocorrência de guerra civil, ou seja, governos fortes têm menor propensão de sofrer uma guerra civil, pois a capacidade política da oposição está positivamente relacionada à violência. A mensuração do poderio de um país é igualmente complexa.

Precisamos de modelos teóricos mais apropriados e um trabalho empírico sistemático (Sambanis, 2001a, p. 36) para conseguirmos encontrar uma associação clara entre as variáveis propostas (nível de democracia e ocorrência de guerra civil).

Diásporas Étnicas

Fearon e Laitin (2001) e Collier e Hoeffler (2000) encontraram evidências de que grandes diásporas aumentam o risco de guerra em seu país de origem. Porém, várias dúvidas pairam sobre essa questão mal-explorada.

Não se sabe sobre o fluxo de capitais que vão desde as grandes diásporas até os países de origens para poder determinar se isso realmente influi. Atualmente, mede-se o tamanho da diáspora em relação à população de origem, e geralmente a referência das imigrações é de dentro dos Estados Unidos, não havendo estudos relevantes sobre as diásporas de outros países.

Mesmo nas diásporas, podem haver tanto pessoas favoráveis como contrárias a um possível conflito armado. E, se o capital enviado das diásporas aos países de origem forem transferidos de forma oficial, o governo do país de origem receberia impostos desses fluxos, os quais seriam utilizados em parte para conter os rebeldes. Haveria diferenças entre diásporas recentes e antigas na eclosão de guerra civil?

Muitas questões se fazem necessárias, pois a informação é muito escassa e os bancos de dados pouco formulados e abrangentes. Há necessidade de mais pesquisa e busca por dados mais completos e confiáveis para que se possa prosseguir também nessas possíveis associações.

Guerras de Identidade e Revolucionárias e Guerras durante e pós-Guerra Fria

Outro aspecto que divide a comunidade acadêmica é sobre se se deve separar as guerras civis em revolucionárias/ideológicas e em guerras de identidade/étnicas ou se não há diferenças entre elas.

Sambanis (2001a) afirma que as guerras de identidade ocorrem predominantemente devido a injustiças políticas e não por falta de oportunidades econômicas. Outra característica mantida é que as guerras de identidade geralmente não ocorrem em países com democracia consolidada (*Ibid.*, p. 280), pois neles os diferentes grupos têm a possibilida-

de de ganhar reconhecimento e autonomia de maneira pacífica.

Não há consenso da validade teórica e da aplicabilidade empírica desta classificação. Mais pesquisas são necessárias para o entendimento das causas das guerras de identidade, para que se possa desenvolver uma teoria associada a esse dado.

Outra questão em pauta no estudo sobre guerras civis é a separação que se faz atualmente das guerras civis ocorridas durante a Guerra Fria daquelas que surgiram posteriormente, classificando-as em guerras civis antigas e novas. Nesse sentido, as guerras ideológicas caracterizavam, principalmente, as guerras antigas, enquanto as atuais se baseiam em guerras de identidade.

Aqueles que defendem essa distinção afirmam que os dois tipos de guerras civis devem ser analisados separadamente por diferenciarem-se em causas e motivações, apoio e violência. Kalyvas (2001) contextualiza essa diferenciação das guerras civis (da qual ele próprio discorda) em:

a) as guerras civis antigas tinham como característica a injustiça coletiva, predominando a ideologia; as guerras civis novas são caracterizadas pelo enriquecimento privado, criminal (cobiça), por meio do controle dos recursos naturais de um território específico;

b) as guerras civis antigas tinham o apoio popular; as novas não.

c) nas guerras civis antigas, a violência era utilizada pontualmente para derrubar o governo e assumir o comando do país; atualmente, nas novas guerras civis, a violência é gratuita e descontrolada, ferindo e matando muito mais que o necessário para vencer a guerra.

Kalyvas lembra que a pesquisa deve ser feita sistematicamente e que boas teorias pedem igualmente boas categorias conceituais e indicadores empíricos confiáveis.

Provavelmente, o término da Guerra Fria alterou o modo de como as guerras civis se davam e até mesmo sua frequência. Porém, daí a se afirmar que os dois tipos de guerras divergem em sua essência e não podem entrar nas mesmas categorias quando analisadas quantitativamente é um exagero e necessita obviamente de testes empíricos e embasamento teórico condizentes, os quais não foram realizados até o momento.

Efeitos de contágio e difusão

Variáveis sistêmicas são determinantes relevantes de guerras civis (Sambanis, 2001b), o que foi posto em segundo plano na literatura existente. Um resultado significativo é que possuindo “maus vizinhos” com regimes não-democráticos, ou vizinhos em guerra, aumenta em muito o risco de guerra civil étnica em países fronteiriços.

Situando-se em fronteiras onde há incidência de guerras, sejam elas civis ou interestatais, é grande a probabilidade de contágio. Quando, por exemplo, dois (ou mais) países estão envolvidos em uma guerra, o seu potencial de guerra em relação a outros países diminui drasticamente, possibilitando a outras nações a oportunidade de iniciar uma luta armada sem o medo de que outros intervejam militarmente (Kadera, 1998).

Movimentos revolucionários que atingem seu auge em países vizinhos são responsáveis pelo crescimento do número de guerras civis na região (Houweling e Siccama, 1985, p. 641). Há mecanismos de contágio, em que os países envolvidos em guerra podem difundir a seus vizinhos, ensinando práticas de luta armada e guerrilha, além de fornecer armamentos, seja por razões ideológicas, comerciais, ou outras. Há espaço para o aprofundamento deste tema, já que muito pouco foi feito até o momento.

Metodologia

A problemática da literatura quantitativa sobre o tema começa já em sua base, como vimos nas várias definições do que é guerra civil. Há muitas definições do mesmo objeto e estamos longe de um consenso nesse sentido, o que dificulta em muito a padronização para uma cooperação geral entre os pesquisadores desse assunto. Por outro lado, a robustez do estudo é grande quando se chega aos mesmos resultados com dados e métodos estatísticos diferentes.

Como Gates (2002a) e Sambanis (2001a) sugeriram, há muitas questões que afetam a qualidade dos dados coletados e as análises realizadas. Vários estudos da área sofrem problemas como:

- *não-independência*: vários dos países que sofrem ou já sofreram guerras civis têm mais de um evento desses e a história de conflitos do país afeta o risco de guerra civil;
- *raridade*: guerra civil é um evento raro e, se separada por unidade de análise país-ano (quando analisado por um período determinado), tornam-se ainda mais raros seu início e incidência. Se a variável dependente “ocorrência/início/duração de guerra civil” for usada como caso-controle melhora a análise estatística desse evento;
- *heterogeneidade não-modelada*: certos países possuem características específicas que os tornam mais ou menos propensos à guerra civil que outros. Por exemplo, pertencer à União Européia reduz a chance de guerra civil dos países-membro, pois para dela fazer parte o país precisa obedecer a muitas regras rígidas que, por si só, já dificultaria a ocorrência desse fenômeno;
- *endogeneidade*: os países que estão em guerra civil há anos tendem a ser subdesenvolvidos economicamente e a ter, em geral, debilitadas instituições democráticas, fatos que se associam a mudanças e instabilidade

políticas. É importante ajustar o modelo por estas variáveis;

- *variáveis explicativas que se alteram com o tempo*: como se trabalha, freqüentemente, com a unidade país-ano, tem-se em consideração que os dados se modificam a cada ano. Porém, nem sempre é assim, como as guerras de grupos étnicos, lingüísticos e/ou religiosos, ou mesmo as relacionadas ao nível de democracia.

Anteriormente, era dada maior importância a problemas de mensuração do que inferência. Levava-se em consideração que os dados fariam por si só, se os devidos procedimentos de mensuração fossem adotados. A maior parte dos estudos usava correlação bivariada para testar hipóteses simples, e pouca atenção era dada às relações espúrias, erros de correlação, e outros problemas relativos às inferências. A teoria não tinha um papel relevante.

Se, nos anos de 1990, quando iniciaram os estudos científicos deste tema, era dada maior importância à mensuração e coleta de dados do que à sua análise, nos anos posteriores vêm ocorrendo o contrário (Bremer *et al.*, 2003): os pesquisadores estão prestando mais atenção a desenhos de uma boa pesquisa, tendo praticamente desaparecido a tendência anterior, justamente em consequência das inferências mal realizadas. Atualmente, tem-se dado maior atenção a erros de inferência que uma pesquisa malfeita pode acarretar. Utilizam-se mais métodos formais para deduzir hipóteses, o que nos permite trabalhar com teorias mais complexas e ricas.

Na década de 1990, mudamos de regressão simples a modelos estatísticos mais apropriados, como *logit*, *probit*, e técnicas de análise de eventos. Algumas das metodologias estatísticas que os pesquisadores utilizam atualmente são: econometria *bayseana*, análise de eventos e modelos de caso-con-

trole. Porém, os dados hoje utilizados são datados de fontes de 10 a 20 anos atrás. O estudo empírico corre o risco de estagnação, a menos que se criem dados que possam responder aos refinamentos teóricos e metodológicos recentes. De acordo com Bremer *et al.* (2003), temos de dar atenção tanto a avanços de dados como de métodos.

Conclusão

Conforme pudemos observar no decorrer desta revisão, houve significativa melhora nas pesquisas quantitativas sobre guerra civil, e tudo indica que essa área continuará academicamente em ascensão.

Muitos dos supostos determinantes que poderiam ter sido aqui abordados não o foram pelo escopo limitado deste trabalho. Antes de tudo, o intuito foi demonstrar a dualidade do consenso e da discussão no que concerne às muitas variáveis que suspeitamos serem determinantes de guerra civil na literatura internacional dos últimos anos. Esse foi o início de um estudo, praticamente inexistente no Brasil, que pode vir a gerar frutos e interesse acadêmico, mesmo que em nosso país não haja guerra civil.

Com a aceleração do desenvolvimento desta disciplina, as definições, a princípio tão discordantes, gradualmente se recompoem e tenderão a diminuir seus contrastes. Igualmente, o aprimoramento dos métodos estatísticos voltados para as ciências sociais como um todo, para a economia, para as relações internacionais e também para a política comparada especificamente, estão se tornando de mais fácil utilização, não amedrontando tanto os cientistas políticos, que a cada dia demonstram mais interesse em aprender tais técnicas.

Tornando-nos aptos a diferenciar guerras civis de vários outros eventos que fazem

parte do contexto da violência política, podemos chegar a abundantes descobertas a respeito de suas causas e determinantes, realizando predições, e até mesmo auxiliando governantes e organizações internacionais na criação de políticas de prevenção e administração desse trágico fenômeno que é a

guerra civil. O desenvolvimento de uma teoria abrangente de guerra civil deverá nos enriquecer empiricamente. E, simultaneamente, o aperfeiçoamento da parte empírica ligará a teoria à realidade, fato necessário para compreendermos e tentarmos resolver esse tipo de violência política coletiva.

Notas

- 1 Sambanis (2003, p. 3) nos lembra que há bem mais mortes que resultam de doenças como a malária e a aids do que de guerras civis, mas nem por isso os cientistas políticos têm se empenhado em políticas de saúde do mesmo modo que se empenham em políticas de prevenção de guerra.
- 2 Consultas realizadas com Nils Peter Gleditsch (Prio), Mikael Eriksson (Uppsala University) e Scott Bennett (The Pennsylvania State University) sobre o tema.
- 3 No Brasil, em 2001, ocorreram 27,84 homicídios a cada 100 mil pessoas (IBGE, 2005). O último levantamento da Unesco (2005), publicado em maio, informa que a taxa de homicídios por armas de fogo é de 19,54 a cada 100 mil habitantes. Dos 57 países estudados, o Brasil é o segundo com mais mortes, só perdendo para a Venezuela (34,30).

Bibliografia

- BENNETT, Scott. (2001), *Correlates of war*. Penn State University, <http://cow2.la.psu.edu/>.
- BLANTON, Robert *et al.* (2001), "Colonial style and post-colonial ethnic conflict in Africa", *Journal of Peace Research*, 38 (4): 473-91.
- BREMER, Stuart *et al.* (2003), "Building a science of world politics: emerging methodologies and the study of conflict", *Journal of Conflict Resolution*, 47 (1): 3-12.
- CASPER, Gretchen & TUFIS, Claudiu. (2003), "Correlation versus interchangeability: the limited robustness of empirical findings on democracy using highly correlated data sets", *Political Analysis*, 11 (2): 1-11.
- COLLIER, Paul. (2000), "Policy for post-conflict societies: reducing the risks of renewed conflict". *The Economics of Political Violence Conference*, 18-19 March, Princeton University, pp. 1-12.
- _____. (2001), "Implications of ethnic diversity". *Economic Policy*, 32, April: 1-54, <http://econ.worldbank.org/programs/conflict/library/doc?id=3164>.
- COLLIER, Paul & HOEFFLER, Anke. (2000), "Greed and grievance in civil war". *World Bank Policy Research Paper*, 2.355: 1-32 May, <http://www.eldis.org/static/DOC10162.htm>.

- _____. (2002a), "Greed and grievance in civil wars". *Working Paper Series*, 1, Centre for the Studies of African Economies, Oxford, <http://www.csae.ox.ac.uk>.
- _____. (2002b), "On the incidence of civil war in Africa". *Journal of Conflict Resolution*, 46 (1): 13-28.
- COLLIER, Paul *et al.* (2002), "On the duration of civil war". [Trab. apres. no Banco Mundial, Grupo de Pesquisa do Desenvolvimento] *Workshop on Civil Wars and Post-Conflicts Transitions*, Irvine, University of California, Center for Global Peace and Conflict Studies, pp. 1-29, http://econ.worldbank.org/files/2455_wps2681.pdf.
- _____. (2003), *Breaking the conflict trap: civil war and development policy*. Washington DC, World Bank & Oxford University Press.
- COPPEDGE, Michael & REINICKE, Wolfgang H. (1990), "Measuring poliarchy". *Studies in Comparative International Development*, 25 (1): 51-73.
- CORRELATES OF WAR. (1997), *Interstate System, 1816-1997*, <http://pss.la.psu.edu/intsys.html>.
- DAVENPORT, Christian. (2003), *Minorities at risk*. Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland, <http://www.cidcm.umd.edu/inscr/mar/home.htm>.
- DOYLE, Michael W. & SAMBANIS, Nicholas. (2000), "International peacebuilding: a theoretical and quantitative analysis". *American Political Science Review*, 94 (4): 1-60, <http://www.worldbank.org/research/conflict/papers/peacebuilding>.
- ELKINS, Zachary S. (2000), "Gradations of democracy? Empirical tests of alternative conceptualizations". *American Journal of Political Science*, 44: 293-300.
- ELBADAWI, Ibrahim & SAMBANIS, Nicholas. (2000a), "External intervention and the duration of civil wars". *World Bank Policy Research Working Paper*, 2433: 1-19.
- _____. (2000b), "Why are there so many civil war in Africa? Understanding and preventing violent conflict". *Journal of African Economies*, 9 (3): 1-32.
- _____. (2002), "How much war will we see? Estimating the incidence of civil war in 161 countries". *Journal of Conflict Resolution*, 46: 1-39.
- ELLINGSEN, Tanja. (2000), "Colorful community or ethnic witches brew? Multiethnicity and domestic conflict during and after the Cold War". *Journal of Conflict Resolution*, 44 (2): 228-49.
- ELLINGSEN, Tanja & GLEDITSCH, Nils Petter. (1997), "Democracy and armed conflict in the Third World", in K. Volden & D. Smith (orgs.), *Causes of conflict in the Third World*, Oslo, International Peace Research Institute, pp. 69-81.
- FEARON, James D. & LAITIN, David D. (1999), *Weak states, rough terrain, and large-scale ethnic violence since 1945*. Stanford, California, pp. 1-52, <http://www.stanford.edu/group/ethnic/workingpapers/insurg1.pdf>.

- _____. (2001), "Ethnicity, insurgency, and civil war". *Annual Meetings of the American Political Science Association*, San Francisco, pp. 1-41, <http://www.duke.edu/web/licep/1/fearon/fearon.pdf>.
- GASIOROWSKI, Mark. (1996), "An overview of the political regime change dataset". *Comparative Political Studies*, 29 (4): 469-83.
- GASTIL, Raymond. (2003), *Freedom House*, www.freedomhouse.org/.
- GATES, Scott. (2002a), "Empirically assessing the causes of civil war". *Annual Meeting of the International Studies Association*, New Orleans, 24-27 March.
- _____. (2002b), "What are binary panel data? And what problems do we face when analyzing such data?". *Michigan State University*, http://www.prio.no/cwp/course240602/methods_intro_lecture.pdf.
- GATES, Scott & BUHAUG, Halvard. (2002), "The geography of civil war". *Journal of Peace Research*, 39 (4): 417-33.
- GLEDITSCH, Nils Petter *et al.* (2002), "Armed conflict 1946–2001: a new dataset". *Journal of Peace Research*, 39 (5): 615-37, <http://www.prio.no/cwp/ArmedConflict/>.
- GURR, Ted Robert. (2000), *Peoples Vs. States: minorities at risk in the new century*. Washington, US Institute of Peace Press.
- HAUGE, Wenche. (1997), "Development and conflict", in K. Volden & D. Smith (orgs.), *Causes of conflict in the Third World*, Oslo, International Peace Research Institute.
- HEGRE, Havard. (2003), "Disentangling democracy and development as determinants of armed conflict". *Annual Meeting of International Studies Association*, 27, Feb., Portland, Oregon, http://econ.worldbank.org/files/24637_ddcwwb.PDF.
- HEGRE, Havard *et al.* (2001), "Toward a democratic civil peace? Democracy, political change, and civil war, 1816-1992". *American Political Science Review*, 95 (1): 33-48.
- HOUWELING, Henk & SICCAMI, Jan. (1985), "The epidemiology of war, 1816-1980". *Journal of Conflict Resolution*, 29 (4): 641-63.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994), *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo, Ática.
- IBGE. (2005), http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=247.
- KADERA, Kelly M. (1998), "Transmission, barriers, and constraints: a dynamic model of the spread of war". *Journal of Conflict Resolution*, 42 (3): 367-87.
- KALYVAS, Stathis. (2000), "The logic of violence in civil war", March: 1-41, <http://www.duke.edu/web/licep/1/kalyvas/kalyvaspaper.pdf>.
- _____. (2001), "'New' and 'old' civil wars: a valid distinction?". *World Politics*, 54 (1): 99-118.

- LAKE, David A. & ROTSCCHILD, Donald. (1998), *The international spread of ethnic conflict: fear, diffusion, and escalation*, New Jersey, Princeton University Press.
- MACK, Andrew. (2002), "Civil war: academic research and the policy community". *Journal of Peace Research*, 39 (5): 515-25.
- MAINWARING, Scott *et al.* (2001), "Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999". *Dados*, 44 (4): 645-87.
- MANSFIELD, Edward D. & SNYDER, Jack. (2002), "Democratic transitions, institutional strength, and war", *International Organization*, 56 (2): 297-337.
- MARSHALL, Monty G. & JAGGERS, Keith. (2003), *Political regime characteristics and transitions, 1800-2002*. CIDCM, University of Maryland, <http://www.cidcm.umd.edu/inscr/polity/>.
- MASON, T. David & QUINN, Jason. (2003), "Sustaining the peace: determinants of civil war recurrence". *Annual Meeting of the American Political Science Association*, University of North Texas.
- MUNDT, Robert J. (1997), "Is democracy stable? Compared to what? A preliminary exploration". *Annual Meeting of the American Political Science Association*, Aug. 1997, <http://www.stier.net/writing/demstab/demstab.htm>.
- NEWMAN, Saul. (1991), "Does modernization breed ethnic conflict". *World Politics*, 43 (3): 451-78.
- PRZEWORSKI, Adam. (1999), "Minimalist conception of democracy: a defense", in I. Shapiro & C. Hacker-Cordón (orgs.), *Democracy's value*, Cambridge University Press, pp. 23-55.
- PRZEWORSKI, Adam *et al.* (2000), *Democracy and development*. Cambridge University Press.
- REGAN, Patrick M. (2002), "Third-party interventions and the duration of intrastate conflicts". *Journal of Conflict Resolution*, 46 (1): 55-73.
- REICH, Gary. (2003), "Categorizing political regimes: new data for old problems". *Democratization*, 9 (4): 1-24.
- REYNAL-QUERROL, Marta. (2002), "Ethnicity, political systems and civil wars". *Journal of Conflict Resolution*, 46 (1): 29-54.
- SAMBANIS, Nicholas. (2000), "Partition as a solution to ethnic war: an empirical critique of the theoretical literature", *World Politics*, 52 (4): 437-83.
- _____. (2001a), "A review of recent advances and future directions in the quantitative literature on civil war". *The Brookings Institution Workshop on Civil Violence*, 26 Jan.
- _____. (2001b), "Do ethnic and non-ethnic civil wars have the same causes? A theoretical and empirical enquiry (Part 1)". *Journal of Conflict Resolution*, 45 (3): 259-82.
- _____. (2003), "Using case-studies to expand the theory of civil war". *CPR Working Papers 5*, May, <http://www.yale.edu/unsy/civilwars/civilwars.htm>.

- UNESCO. (2005), http://www.unesco.org.br/noticias/ultimas/severino/mostra_documento.
- US EMBASSY. (2002), www.usembassyjakarta.org/terrorism/senate204.html.
- VANHANEN, Tutu. (2000), "A new dataset for measuring democracy: 1810-1998". *Journal of Peace Research*, 37 (2): 251-65.
- _____. (2001), "Democratic peace and ethnic violence". *IV Pan-European International Relations Conference*, University of Kent at Canterbury, 8-10 Sept., http://athena.leidenuniv.nl/fsw/bestuurskunde/onderzoek/ecpr/content_docs/wor king_papers/vanhanen.doc.
- WASELSELFISZ, Júlio Jacobo. (2005), *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil: 1979-2003*, Brasília, Unesco Publicações (Série Debates VII).
- WRIGHT, Angus L. & WOLFORD, Wendy. (2003), "The MST and revolution", in _____, *To inherit the earth: the landless movement and the struggle for a new Brazil*, California, Oakland, Food First Books.

Resumo

Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil

As guerras civis são muito pouco estudadas se comparadas à literatura de guerras interestatais, mesmo que sejam mais comuns e causem um número muito maior de vítimas. A literatura quantitativa de guerras civis surgiu nos últimos anos e agora começa a tomar forma, apesar de estar ainda teoricamente crua. Pesquisadores de várias áreas engajam-se nesta empreitada multidisciplinar, estudando a guerra civil para descobrir suas causas e determinantes, e assim poder contribuir com políticas públicas que permitam preveni-las, ou ao menos reduzir seus efeitos e duração. Variáveis relevantes associadas ao evento são analisadas e a discussão bibliográfica atual é trazida ao leitor brasileiro, que até então manteve-se distante deste debate.

Palavras-chave: Guerra Civil; Estudo Quantitativo; Política Comparada; Análise Estatística; Regime Político.

Résumé

Révision bibliographique de la littérature quantitative à propos des faits qui déterminent la guerre civile

Si nous les comparons aux guerres interétatiques, les guerres civiles sont très peu étudiées, alors même qu'elles causent un nombre bien supérieur de victimes. L'approche quantitative des guerres civiles est apparue il y a quelques années, et commence à peine à prendre une

forme consistante, même si l'aspect théorique demeure inachevé. Des chercheurs issus de nombreux horizons sont engagés dans cette entreprise multidisciplinaire, qui a pour objet l'étude de la guerre civile, de ses causes et motifs, de façon à contribuer à la détermination de politiques publiques capables de les prévenir ou, du moins, susceptibles de réduire leurs effets et leur durée. Des éléments significatifs pour la compréhension des guerres civiles sont analysés, ainsi qu'une bibliographie actualisée, de façon à informer le lecteur brésilien tenu, jusque là, à l'écart de ce débat.

Mots-clés: Guerre civile; Étude quantitative; Politique comparée; Analyse statistique; Régime politique.

Abstract

Bibliographical Review on the Quantitative Literature about Civil War Determinants

Scholars almost never deal with civil wars as they do with interstate wars, even if the first type is a common phenomenon and much more people die because of it than in wars between countries. The civil wars quantitative literature is a new field of research, and it has taken shape recently, despite its theoretical weakness. Researchers of many areas engage themselves in this multi-disciplinary field, looking for its causes and determinants, contributing with public policies to avoid, or at least reduce, its effects and duration. Relevant variables associated with civil wars are analyzed and the current bibliographical discussion is brought to the local reader, which has been apart from this academic debate.

Keywords: Civil war; Quantitative study; Compared Politics; Statistical analysis; Political regime.